PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Câmara Municipal de Bujaru/PA

ASSUNTO: Formalização de Termo Aditivo de reajuste de valor ao contrato nº 002/2021-CMB para contratação de empresa especializada em serviços contábeis para a Câmara Municipal de Bujaru/PA.

TERMO ADITIVO DE REAJUSTE.
REAJUSTE NO PREÇO. CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
SERVIÇOS CONTÁBEIS. CONTRATO N.
002/2021. CONSTITUCIONALIDADE.
LEGALIDADE.

1. RELATÓRIO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Bujaru/PA encaminhou a esta Assessoria Jurídica consulta jurídica, solicitando manifestação sobre a legalidade no reajuste do contrato com empresa especializada em serviços contábeis, mediante terceiro Termo Aditivo de reajuste ao Contrato nº 002/2021-CMB, envolvendo a **Câmara Municipal de Bujaru** e a empresa **L DE LEÃO CONSULTORIA, GESTÃO CONTABIL E COMERCIAL LTDA**, tendo em vista o reajuste solicitado no valor do contrato firmado entre as partes, nos termos da Lei de nº 8.666/93,.

É o relatório, passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem, o contrato administrativo nº 002/2021 tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada, visando à Prestação de Serviços Contábeis à Câmara Municipal de Bujaru/PA para atender suas necessidades.

Diante da solicitação feita pela empresa **L DE LEÃO CONSULTORIA, GESTÃO CONTABIL E COMERCIAL LTDA** para reajustar o valor do contrato,

conforme alegação da empresa, verifica-se que a possibilidade do reajuste no valor do contrato, sobretudo pelo valor de mercado dos serviços terem sofridos alterações. É válido mencionar que o objeto do contrato vem sendo executado pela empresa contratada, não constatando nada que desabone a conduta da empresa, pelo que se presume a realização dos serviços de acordo com o interesse público, estando o reajuste dentro dos limites de mercado, não há nada que possa obstar o reajuste pretendido.

A Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Além disso, o artigo 65, §1º, da Lei supracitada infere a necessidade de a contratada aceitar as condições consolidadas no dispositivo:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Segundo consta nos autos do processo, há interesse da contratante e da contratada no reajuste do valor para fins de continuidade da prestação dos serviços como medida mais vantajosa economicamente à Administração, bem como se identifica que há disponibilidade orçamentária para a contratação no valor do reajuste pleiteado pela empresa.

Igualmente, a Contratada se revela manter como empresa idônea a contratar com a Administração Pública, já que mantém os documentos de habilitação em dia. Assim, infere-se que pela razão apresentada que é viável e justificada o reajuste de valor do contrato supracitado. A continuidade na execução do objeto já contratado minimizaria custos e tempo, por outro lado, seria mais dispendioso realizar nova licitação, que poderiam gerar mais custos à Administração Pública.

No que tange aos aspectos formais do procedimento para prorrogação do contrato, observa-se que este atendeu às exigências legais. Uma vez observadas tais orientações, não subsistem impedimentos à nova prorrogação com o respectivo reajuste do contrato em análise, sendo plenamente possível a sua formalização pelos fundamentos jurídicos apresentados.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade de realização do terceiro Termo Aditivo de reajuste ao Contrato Administrativo de nº 002/2021, junto à empresa **L DE LEÃO CONSULTORIA, GESTÃO CONTABIL E COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.525.940/0001-37, nos termos do art. 57, II, § 2º. Da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer

Belém/PA, 13 de janeiro de 2023.

JEAN SÁVIO COSTA SENA

OAB/PA Nº 28.561